

UMA TRANSIÇÃO ECOSSOCIALISTA PARA O BRASIL

*Propostas da campanha eleitoral PSOL-Rede Sustentabilidade para
superar a crise socioambiental e civilizatória*



Sumário

— *Introdução*

01 Recompôr as políticas ambientais: desmatamento zero, restauração dos biomas brasileiros e aumento das áreas de proteção ambiental

02 Demarcação já: reconhecimento, homologação e regularização das terras indígenas, quilombolas e das populações tradicionais; consulta prévia, livre e informada

03 Democratização da terra: reforma agrária popular, agroecologia e alimentação local e saudável

04 Uso sustentável da água e proteção dos sistemas hídricos

05 Abandono dos combustíveis fósseis e do uso de plásticos

06 Políticas públicas de adaptação ao calor, às secas, inundações e outros eventos extremos

07 Cidades sustentáveis: moradia, mobilidade, saúde e acesso à natureza

08 Uma economia sustentável: reindustrialização ecológica e ruptura com o modelo primário-exportador, estruturando uma economia circular voltada para se viver bem

09 A dimensão internacional da transição ecossocialista

10 Democratização da inovação e controle social sobre as tecnologias digitais

11 Combate às desigualdades, reconhecimento da diversidade social e democratização da riqueza e do poder político

— *Conclusão*

Introdução

As eleições de outubro de 2026 serão decisivas para o Brasil e para o mundo. Elas definirão quem controla o país, se os brasileiros ou os agentes do governo Trump. A ameaça fascista é real! Elegermos Lula presidente é a única possibilidade de mantermos aberta a luta pela soberania de nosso país e pela democracia em nossas instituições políticas.

Esta eleição tem um alcance global e não pode se limitar a conter o dano que um eventual governo fascista representaria para o Brasil e o mundo. Defendemos um programa mais ambicioso, ecossocialista. Nosso planeta vem se tornando nas últimas décadas cada vez mais inóspito à vida e as sociedades, cada vez mais injustas. Estamos assistindo ao crescimento de todo tipo de desastres: aquecimento, degelo terrestre e marítimo, incêndios florestais, eventos meteorológicos extremos, secas, inundações, extinções de espécies, guerras, corrida armamentista, genocídios, ecocídios, distopias digitais, desigualdades assustadoras, racismo, colonialismo, fascismo e imperialismo. Enquanto a fortuna dos bilionários do mundo não para de crescer, a renda dos mais pobres recua; uma em cada quatro pessoas não tem acesso regular a comida suficiente. Em tudo isso, a crise social é inseparável da crise ambiental e, na raiz de ambas, está a economia capitalista.

O capitalismo não pode admitir limites planetários, mas eles existem e devem ser reconhecidos e respeitados. Nossas sociedades e, nelas, a economia são, de fato, um subsistema da biosfera da Terra e deveriam ser tratadas dessa maneira; é impossível um crescimento infinito em um planeta finito. O capitalismo, além de destruir a natureza, promove gigantescas desigualdades de renda e riqueza e solapa a democracia. É indispensável que ao lado de políticas de proteção da natureza, impulsionemos também políticas de justiça social e redistribuição de renda e poder. Temos, contudo, que reorientar a concepção do que deve ser uma política da esquerda; precisamos abandonar a obsessão com o crescimento e com o PIB como critério de desempenho econômico — ele só é útil para as empresas capitalistas. A economia deve estar voltada para o bem-estar, o cuidado e a felicidade da população, estimulando os vínculos comunitários e a solidariedade social.

O Brasil é o país biologicamente mais rico do mundo, mas corre grandes riscos. Nosso país destruiu, em sua história, mais de 3 milhões de km² de áreas naturais, grande parte depois de 1985. Nenhum país pode perder tanta natureza em tão pouco tempo sem sofrer consequências gravíssimas; apenas entre 2020 e 2023 os desastres climáticos afetaram 78 milhões de pessoas. O peso da aliança do ruralismo, do setor financeiro e das igrejas conservadoras mantém o patrocínio e o subsídio do agronegócio mesmo sob governos progressistas, parasitando os

recursos do Estado e da nossa sociedade. Esse bloco de forças políticas é o principal motor da degradação socioambiental e inimigo número um da natureza e da sociedade brasileira. O agronegócio desenvolve, de fato, práticas autodestrutivas para sua própria atividade ao impedir a manutenção saudável dos biomas brasileiros. Sua inviabilização é tão acentuada, que estudiosos já cunharam o termo "agrossuicídio".

Mas a sociedade brasileira toma consciência da emergência climática e ambiental e vem se mobilizando contra as engrenagens destrutivas do capitalismo globalizado e de seus agentes no Brasil. As catástrofes não são inevitáveis, são fruto de escolhas políticas; o futuro não está definido. Nosso país tem um papel-chave no avanço para um ecossocialismo, para a construção de uma alternativa ao capitalismo que promova a síntese entre as lutas pelo socialismo e a compreensão dos limites planetários e dos direitos da natureza. O ecossocialismo busca deixar para trás nossas relações destrutivas com o sistema Terra; ele prioriza a defesa da teia da vida no planeta e das maiorias, promovendo o respeito à natureza em uma civilização de cuidado, solidariedade e bem-viver.

Essa plataforma de compromissos que a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco e a Fundação Rede Sustentabilidade apresentam para nossas campanhas eleitorais de 2026 busca promover uma transição ecossocialista no Brasil. Suas propostas, a serem defendidas pelos candidatos do PSOL e da Rede Sustentabilidade, consolidam as demandas ecossociais dos movimentos populares e da esquerda brasileira comprometida com a defesa da vida, da Terra e de um futuro para toda a humanidade.

01

Recompor as políticas ambientais: desmatamento zero, restauração dos biomas brasileiros e aumento das áreas de proteção ambiental

O Brasil vem destruindo rapidamente suas áreas naturais. A floresta amazônica brasileira, o bioma mais rico da Terra, perdeu, em 60 anos, mais de 870.000 km², principalmente pela expansão da pecuária, com uma área ainda maior degradada por extração de madeira, secas e incêndios. Entre 2000 e 2025, 50% da vegetação nativa do Cerrado foi suprimida. É uma perda de natureza inédita na história humana. O Brasil vem enfrentando uma contraofensiva do ruralismo e da extrema-direita, cujo objetivo é o desmonte do arcabouço legal de proteção de nossos biomas e dos povos que os habitam e defendem. Esse desmonte favoreceu o aumento do desmatamento, da degradação florestal e dos incêndios criminosos, tudo isso exacerbado pelo aquecimento global, que produz a alternância entre secas extremas e inundações. A sociedade brasileira como um todo sofre as consequências desse ataque predador organizado em um Congresso Nacional majoritariamente inimigo do povo.

NOSSOS COMPROMISSOS

- 1 Zerar o desmatamento em todos os biomas brasileiros.** Estabelecer metas anuais obrigatórias, com transparência, fiscalização e responsabilização dos agentes econômicos envolvidos.
- 2 Lançar o maior programa de restauração ecológica da história do Brasil.** Recuperar florestas, nascentes, matas ciliares, áreas degradadas e corredores de biodiversidade, gerando empregos verdes e fortalecendo organizações comunitárias, cooperativas e viveiros locais.
- 3 Fortalecer o Ibama, o ICMBio, a Funai, o INPE e os órgãos ambientais estaduais.** Realizar concursos públicos, ampliar equipes, garantir equipamentos, orçamento e proteção aos servidores que combatem crimes ambientais.

- 4 Cobrar dos grandes e médios proprietários a recuperação dos passivos ambientais.** Quem desmatou além do permitido deve restaurar a área destruída. O custo da recuperação não pode ser jogado sobre o pequeno produtor nem sobre a sociedade.
- 5 Destinar terras confiscadas por crimes ambientais para a reforma agrária, a restauração ecológica e a proteção de territórios comunitários.** Terra usada para desmatar, incendiar, explorar trabalho escravo ou praticar grilagem deve cumprir uma função social e ambiental.
- 6 Combater projetos de lei que premiam desmatadores e enfraquecem a fiscalização.** Nenhuma anistia para quem destruiu a floresta. Nenhum recurso público para financiar crimes ambientais.
- 7 Ampliar e proteger as unidades de conservação.** Garantir recursos, equipes, conselhos gestores e participação efetiva das comunidades que vivem e protegem esses territórios.
- 8 Criar uma legislação específica sobre territórios devastados por incêndios.** Impedir que terras devastadas por incêndios florestais sejam utilizadas para qualquer propósito que não seja preservação ambiental por um período de 15 anos.
- 9 Demarcação imediata de todas as terras públicas não destinadas e sua transformação em territórios protegidos.** As terras públicas não podem permanecer vulneráveis à grilagem, ao desmatamento e à apropriação privada. Elas devem ser destinadas prioritariamente à criação de unidades de conservação, à demarcação de territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, à reforma agrária e à proteção das florestas e das águas.

S Í N T E S E

Quem protege a floresta protege a água, o alimento, o trabalho e a vida!

02 **Demarcação já: reconhecimento, homologação e regularização das terras indígenas, quilombolas e das populações tradicionais; consulta prévia, livre e informada**

A existência dos povos indígenas, quilombolas e das populações tradicionais depende de seus territórios que, cobiçados pelo ruralismo e pela mineração, enfrentam as pressões de invasões, garimpos (cada vez mais vinculados ao crime organizado) e exploração ilegal de recursos naturais. As Terras Indígenas, que representam 13,8% do território nacional, são hoje barreiras essenciais contra o desmatamento, mas a demarcação de muitas delas enfrenta uma oposição cada vez mais dura das forças articuladas do agronegócio no Congresso e no Judiciário. Tivemos apenas 8 casos de homologação em 2023, 5 em 2024 e, em 2025, mesmo com a pressão da COP 30, apenas 7 casos. Os territórios quilombolas enfrentam um descaso ainda maior. Por todo o país, os defensores das populações tradicionais enfrentam a violência dos latifundiários e, frequentemente, de forças policiais a serviço dos poderosos. Lutamos para colocar os poderes do estado brasileiro na defesa dos territórios, dos povos que os protegem e dos movimentos nos quais eles se organizam, como a APIB, o MAM e o MAB.

NOSSOS COMPROMISSOS

- 1 Concluir os processos de demarcação das terras indígenas.** Estabelecer prazos públicos e obrigatórios para todas as etapas, da identificação à homologação.
- 2 Titular os territórios quilombolas e reconhecer os territórios das comunidades tradicionais.** Garantir prioridade para comunidades ameaçadas por conflitos, mineração, agronegócio, petróleo, gás, hidrelétricas e grandes obras.
- 3 Rejeitar definitivamente o marco temporal.** Os direitos originários dos povos indígenas não começaram com a Constituição de 1988. Eles são anteriores à formação do próprio Estado brasileiro.

- 4 Garantir o direito à consulta prévia, livre, informada e de boa-fé.** Nenhum empreendimento poderá ser autorizado sem respeitar a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e os protocolos de consulta elaborados pelas próprias comunidades.
- 5 Reconhecer os protocolos comunitários de consulta como instrumentos vinculantes.** O Estado e as empresas deverão respeitar a forma, o tempo, a língua, as instituições e os processos de decisão definidos por cada povo e comunidade.
- 6 Completar a ratificação do Acordo de Escazú.** O Brasil assinou em 2018 o Acordo de Escazú, que prevê obrigações específicas para a proteção de defensores dos direitos humanos em questões ambientais, mas sua ratificação final está parada no Senado Federal (PDL 934/2025).
- 7 Criar um programa nacional de proteção aos defensores dos territórios e da natureza.** Oferecer proteção coletiva, apoio jurídico, segurança territorial e investigação efetiva das ameaças.
- 8 Retirar invasores, garimpos, madeireiras e empreendimentos ilegais dos territórios protegidos.** As forças públicas devem proteger as comunidades, e não os interesses econômicos que as ameaçam.

S Í N T E S E

Precisamos de demarcação já!

03

Democratização da terra: reforma agrária popular, agroecologia e alimentação local e saudável

A concentração extrema da propriedade da terra em nosso país é a principal expressão da desigualdade estrutural da sociedade brasileira, cujas raízes repousam no escravismo e na sua herança de racismo estrutural. As propriedades com mais de 1.000 hectares (1% das propriedades rurais registradas) ocupam quase metade das terras agrícolas do país. Essa concentração fundiária solapa a democracia no país. Além disso, cada brasileiro consome mais de três quilos de agrotóxicos por ano, com imensos impactos sobre a saúde da população e a biodiversidade brasileira. Há uma cumplicidade criminoso entre as megacorporações da agroquímica e o agronegócio brasileiro em sua guerra contra a vida e a saúde. O agronegócio saqueia recursos de toda a população para financiar suas atividades exportadoras de commodities: o Plano Safra de 2026/27 será de R\$ 610 bilhões, mas apenas R\$ 85 bilhões irão para a agricultura familiar, que produz comida. Precisamos acabar com esse roubo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra defende, há mais de 30 anos, não apenas uma reforma agrária popular e agroecológica, mas também a alimentação saudável e de qualidade de toda a população.

NOSSOS COMPROMISSOS

- 1 Realizar uma reforma agrária popular e agroecológica, priorizando a produção de comida e não de commodities.** Desapropriar grandes propriedades improdutivas, terras envolvidas em crimes ambientais, grilagem e trabalho escravo, assentando as famílias que desejam produzir.
- 2 Garantir crédito, assistência técnica e infraestrutura para a agricultura familiar.** Priorizar mulheres, juventudes rurais, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária.
- 3 Criar um grande programa nacional de agroecologia.** Apoiar a transição para sistemas produtivos sem venenos, adaptados às condições de cada território e capazes de restaurar o solo, conservar a água e proteger a biodiversidade.

- 4 Ampliar a compra pública de alimentos da agricultura familiar.** Escolas, hospitais, universidades, restaurantes populares, quartéis e demais instituições públicas devem comprar prioritariamente alimentos saudáveis produzidos localmente.
- 5 Retomar os estoques públicos de alimentos e fortalecer a CONAB.** O Estado deve regular preços, combater a especulação e impedir que produtos essenciais se tornem inacessíveis à população.
- 6 Incentivo a programas de cozinhas solidárias e reeducação alimentar.** Ampliar o combate à fome aumentando a rede de fornecimento de refeições pelo território, potencializando iniciativas como as cozinhas solidárias, as merendas escolares e os programas estaduais existentes, como o Bom Prato. Trabalhar para a gratuidade destas iniciativas e para que sirvam como exemplo de nutrição saudável.
- 7 Reduzir progressivamente o uso de agrotóxicos na agricultura e antibióticos e hormônios na criação animal e proibir imediatamente as substâncias mais perigosas.** Aplicar o princípio da precaução e impedir a liberação de produtos proibidos em outros países, que hoje já estão dificultando as exportações brasileiras. Proibir a pulverização aérea de agrotóxicos, como propõe o PL 742/2026.
- 8 Controlar a presença de metais pesados na alimentação.** Incluir na legislação atual a obrigatoriedade do controle de metais pesados em alimentos comercializados.
- 9 Cobrar impostos sobre grandes propriedades improdutivas e sobre o uso especulativo da terra.** Quem concentra terra e não cumpre sua função social deve pagar mais.
- 10 Combater a estrangeirização, a financeirização e a grilagem de terras.** A terra brasileira não pode se tornar um ativo controlado por fundos financeiros internacionais.
- 11 Retirar os subsídios à produção de commodities agrícolas e à pecuária.** Os recursos públicos devem apoiar a produção de alimentos saudáveis para a população, e não financiar matérias-primas destinadas à exportação que concentram riqueza nas mãos de grandes proprietários e do capital financeiro.

- 12 Combater o modelo alimentar baseado em produtos ultraprocessados e com excesso de proteína animal.** A alimentação não pode ser controlada por grandes corporações que lucram com produtos prejudiciais à saúde. O Estado deve garantir acesso à comida de verdade, saudável, local e produzida pela agricultura familiar. A pecuária, que promove condições de trabalho desumanas, deve ser desestimulada e a exportação de animais vivos proibida.
- 13 Implantar a tributação progressiva da propriedade da terra.** Quem concentra grandes extensões de terra deve pagar mais impostos, especialmente quando mantém áreas improdutivas ou destinadas à especulação. A pequena propriedade familiar e a produção de alimentos devem ser protegidas.
- 14 Fortalecer a saúde pública e a preparação para novas pandemias.** O SUS deve receber financiamento adequado para garantir prevenção, atendimento universal, produção pública de vacinas e medicamentos e capacidade de resposta às epidemias, pandemias e emergências climáticas.

S Í N T E S E

Reforma agrária popular e comida saudável para o Brasil.

04 Uso sustentável da água e proteção dos sistemas hídricos

A ONU alerta que quase três quartos da população mundial vivem em países com insegurança hídrica ou insegurança hídrica crítica. No Brasil, a disponibilidade de água pode diminuir mais de 40% em bacias hidrográficas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e em parte do Sudeste até 2040. A caixa d'água do Brasil, o sistema hídrico do Cerrado, está sendo destruído pelo agronegócio. O que está em jogo, hoje, não é apenas a quantidade dos recursos hídricos disponíveis, ameaçada pelas secas, desmatamento e agricultura predatória, mas também a qualidade desses recursos, degradada pela poluição. Esses dois fatores reduzem o acesso das comunidades mais vulneráveis a água abundante e potável e também aos alimentos, pelos quais se pagará cada vez mais. 17% dos brasileiros não têm acesso à água potável e 45% não possuem coleta de esgoto. O governo Bolsonaro aprovou um novo Marco Legal do Saneamento Básico, que sob o pretexto de universalizar os serviços, privatizou os serviços de água e esgotos. Mas é um contrassenso — quando temos que poupar água e priorizar o consumo humano — transformá-la em objeto de cobiça empresarial.

NOSSOS COMPROMISSOS

- 1 Universalizar o acesso à água potável e ao saneamento básico.** Estabelecer um plano nacional para garantir cobertura universal, priorizando periferias urbanas, áreas rurais, aldeias, quilombos e comunidades tradicionais.
- 2 Defender a gestão pública da água e do saneamento.** Reverter o Marco Legal do Saneamento Básico que estimulou as privatizações que provocam aumento de tarifas, precarização dos serviços, exclusão das famílias pobres e perda do controle público, como é o caso da Sabesp (SP), Cedae (RJ), Copasa (MG) e Cosama (AM).
- 3 Criar uma tarifa social nacional da água.** Garantir gratuitamente uma quantidade mínima de água para famílias de baixa renda.
- 4 Proteger nascentes, aquíferos, manguezais, rios, lagos e áreas úmidas.** Nenhum desenvolvimento é possível quando a água está contaminada ou desaparece.

- 5 Cobrar pelo uso intensivo da água por grandes empreendimentos.** Grandes consumidores devem pagar proporcionalmente ao volume utilizado e aos impactos provocados.
- 6 Proibir a apropriação privada de rios, lagos, praias e fontes de água.** Os sistemas hídricos são bens comuns e devem permanecer acessíveis à população.
- 7 Remoções de outorgas para empresas envolvidas em crimes ambientais.** Além da revisão das multas ambientais, deve-se aplicar a revisão e cassação da outorga dessas empresas.
- 8 Garantir participação popular nos comitês de bacia.** Comunidades, trabalhadores, pequenos agricultores e povos tradicionais precisam ter poder real sobre a gestão das águas.

S Í N T E S E

Água e saneamento básico são direitos universais de toda a população.

05

Abandono dos combustíveis fósseis e do uso de plásticos

A emissão dos gases de efeito estufa, derivada principalmente da queima de combustíveis fósseis, desestabiliza o clima e é uma das maiores ameaças à humanidade. O Plano Clima, de 2026, pretende reduzir as emissões brasileiras entre 59% e 67% até 2035, em relação a 2005. Essa meta está em contradição com o aumento da produção e consumo nacional de petróleo, gás natural e carvão. O Ministério das Minas e Energia quer que o Brasil, hoje oitavo maior produtor de petróleo, se transforme no quarto maior produtor do mundo. A exploração de petróleo na Margem Equatorial do Amazonas ameaça as maiores áreas de manguezais do mundo, bem como grandes concentrações de biodiversidade. O consumo de petróleo no Brasil continua crescendo e, desde 2016, foi superado pela produção, com o excedente sendo exportado. O petróleo está também na origem do plástico, um dos maiores vetores de poluição industrial do planeta, que invadiu todos os habitats da Terra, está matando a vida marinha, e é encontrado hoje em todos os órgãos humanos. Mas tudo isso está na contramão da história: hoje a geração de energia solar é a mais barata de todas e o Brasil tem as melhores condições do mundo para sua adoção; os transportes estão sendo rapidamente eletrificados e o motor a combustão está se tornando tão irracional como o consumo de cigarros.

NOSSOS COMPROMISSOS

- 1 Não autorizar novas fronteiras de petróleo, gás e fracking.** Nenhum poço a mais. A expansão do fossilismo ataca áreas ambientalmente sensíveis, territórios indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, áreas costeiras e ecossistemas estratégicos.
- 2 Elaborar um plano nacional para superar a dependência dos combustíveis fósseis.** Definir metas para a redução progressiva da produção e do consumo de petróleo, gás e carvão, com participação da sociedade.
- 3 Eliminar a mineração e o uso energético do carvão.** Garantir reconversão econômica e proteção aos trabalhadores e municípios dependentes dessa atividade.

- 4 Transformar a Petrobras em uma empresa pública de energia.** A Petrobras deve liderar a transição energética, investir em energia solar, eólica, armazenamento, pesquisa, transporte limpo e recuperação ambiental, em vez de aprofundar a dependência do petróleo, e ser integrada com as empresas fornecedoras de eletricidade.
- 5 Acabar com os subsídios públicos aos combustíveis fósseis.** Os recursos hoje destinados à indústria fóssil devem financiar transporte público sustentável, energias renováveis, eficiência energética e adaptação climática.
- 6 Eletrificar o transporte de passageiros e de cargas.** Priorizar ônibus elétricos, ferrovias, hidrovias sustentáveis, corredores logísticos limpos e apoio aos pequenos transportadores.
- 7 Criar um programa nacional de energia solar popular.** Instalar painéis solares em moradias populares, escolas, postos de saúde, associações comunitárias, assentamentos, aldeias e comunidades tradicionais.
- 8 Fortalecer a geração distribuída e as cooperativas de energia.** A população deve ser produtora e beneficiária da energia renovável, e não apenas consumidora das grandes empresas, e a rede de distribuição deve ser modernizada e incorporar baterias capazes de potencializar geração solar.
- 9 Garantir proteção territorial na implantação de projetos solares, eólicos e minerais.** Nenhuma usina, linha de transmissão ou mina pode ser instalada sem consulta, participação e repartição justa dos benefícios.
- 10 Criar um fundo de transição justa para trabalhadores e territórios.** Promover qualificação profissional, garantia de renda, novos empregos, diversificação econômica e proteção previdenciária.
- 11 Assinar o Tratado de Não Proliferação dos Combustíveis Fósseis.** O Brasil deve assumir protagonismo internacional na construção de uma saída global do petróleo, do gás e do carvão.
- 12 Reduzir o uso de plásticos.** O plástico de uso único deve ser progressivamente proibido, com exceção das aplicações sanitárias indispensáveis. É preciso substituir produtos descartáveis por alternativas reutilizáveis, ampliar sistemas de coleta e reciclagem e responsabilizar as empresas por todo o ciclo de vida das embalagens que colocam no mercado.

- 13 Apoiar o Tratado Global sobre Poluição Plástica da ONU.** As negociações do tratado, que cobre questões ambientais, sociais e de saúde, vêm sendo bloqueadas pelos países produtores de petróleo, que não querem estabelecer regras obrigatórias, defendidas por mais de 100 países. O Brasil, que inicialmente defendia o tratado, passou a se colocar entre os países que estão sabotando as negociações. Temos que reverter essa política.

S Í N T E S E

O petróleo e o plástico ameaçam a espécie humana e devem deixar de ser utilizados o mais rapidamente possível.

06 Políticas públicas de adaptação ao calor, às secas, inundações e outros eventos extremos

A ciência mostra que o aquecimento global intensifica as ondas de calor e a alternância entre secas extremas e chuvas torrenciais. O Brasil está na iminência de superar temperaturas de 45°C. Em 2024, enquanto a Amazônia foi vítima de uma seca extrema, o Rio Grande do Sul enfrentou uma inundação sem precedentes, que afetou 2,4 milhões de pessoas. Embora informes científicos tenham previsto maiores secas no Norte e maiores enchentes no Sul do país, nenhuma medida efetiva de mitigação e de adaptação foi adotada pelo governo federal e pelos governos desses estados. Estamos à mercê das próximas catástrofes climáticas. O Brasil é um país sem governança real no âmbito da adaptação ao colapso climático e isso às vésperas do próximo El Niño, que pode ser o maior que já vimos.

NOSSOS COMPROMISSOS

Combate ao ceticismo climático e ampla educação ambiental

- 1 Criar um Sistema Nacional de Proteção Climática.** Integrar União, estados, municípios, universidades, organizações comunitárias e órgãos científicos.
- 2 Colocar o Cemaden e o INPE no centro do planejamento nacional.** Garantir orçamento, pessoal, tecnologia e presença regional para monitoramento, prevenção e emissão de alertas.
- 3 Elaborar mapas públicos de risco climático.** Identificar áreas ameaçadas por enchentes, secas, ondas de calor, deslizamentos, incêndios e elevação do nível do mar.
- 4 Garantir moradia segura para famílias em áreas de risco.** Nenhuma remoção poderá ocorrer sem diálogo, alternativa habitacional adequada, infraestrutura e respeito aos vínculos comunitários.
- 5 Criar obras e soluções baseadas na natureza.** Restaurar rios, várzeas, manguezais, encostas, florestas urbanas e áreas de infiltração de água.

- 6 Construir abrigos climáticos nas cidades.** Escolas, postos de saúde, centros comunitários e equipamentos públicos devem oferecer água, sombra e refrigeração durante as ondas de calor.
- 7 Criar uma política nacional de combate aos incêndios florestais.** Fortalecer brigadas comunitárias, bombeiros, equipamentos, monitoramento e prevenção.
- 8 Generalizar e fortalecer a política nacional de educação ambiental.** A política existente, instituída pela Lei nº 9.795/1999, vem sendo sistematicamente solapada por governantes conservadores. Combater o chamado "ceticismo climático" deve ser uma preocupação permanente de todo o sistema de educação.
- 9 Reconhecer e apoiar os saberes dos povos e comunidades tradicionais.** A adaptação será mais eficiente quando combinar ciência pública, conhecimento territorial e participação popular.
- 10 Criar um fundo permanente para perdas e danos climáticos.** Garantir reconstrução rápida, apoio às famílias e recuperação econômica dos territórios atingidos.

S Í N T E S E

**O aquecimento global e as mudanças climáticas
já estão entre nós e temos que estar
preparados.**

07

Cidades sustentáveis: moradia, mobilidade, saúde e acesso à natureza

87% da população brasileira vive em áreas urbanas. As cidades são sistemas sociais, infraestruturas técnicas e também processos ecológicos. Elas devem ser um lugar de exercício dos direitos e da cidadania, mas na medida em que a economia capitalista precariza as condições de trabalho, emprego, habitação, transportes e segurança, a vida urbana se transforma em uma luta sem tréguas pela sobrevivência, em condições de vida cada vez mais estressantes. A especulação imobiliária e governos privatizantes degradam o espaço urbano, transformando-o em aglomerados de asfalto, pedra e cimento, em ilhas de calor que registram temperaturas 3°C a 10°C mais elevadas do que nas áreas rurais circundantes. O número de pessoas mortas em acidentes de trânsito ou vítimas de picos de calor nas cidades aumenta rapidamente. Mas, assim como o agronegócio no campo, os negócios imobiliários precarizam as condições de vida, eliminam a arborização e as áreas verdes e aumentam as desigualdades nas cidades e entre elas. Apenas o município de São Paulo, que tem menos de 6% da população brasileira, respondeu, em 2025, por 31% dos lançamentos de imóveis no país. Onze das maiores cidades do Brasil estão entre as mais expostas a riscos climáticos do mundo. A ecologia é um problema urbano, que exige investimentos para preservar e ampliar a qualidade de vida nas cidades.

NOSSOS COMPROMISSOS

- 1 Retomar uma política nacional de moradia popular.** Construir e recuperar moradias bem localizadas, próximas de serviços públicos, transporte e oportunidades de trabalho.
- 2 Destinar imóveis vazios e abandonados à habitação social.** Precisamos combater a segregação espacial nas cidades; a propriedade urbana deve cumprir função social.
- 3 Priorizar urbanização de favelas e regularização fundiária.** Garantir água, saneamento, energia, drenagem, internet, equipamentos públicos e segurança jurídica.

- 4 Criar um grande programa de arborização e de proteção da fauna urbana.** Plantar árvores, recuperar igarapés e renaturalizar rios urbanos, ampliar parques e reduzir ilhas de calor. Temos que arborizar principalmente as periferias mais carentes
- 5 Implantar transporte público de qualidade, acessível e progressivamente gratuito.** A tarifa zero deve ser construída como horizonte nacional, financiada de maneira socialmente justa.
- 6 Eletrificar e ampliar as frotas de ônibus e veículos públicos.** Melhorar a qualidade do ar e reduzir doenças respiratórias e o ruído urbano.
- 7 Priorizar trens, metrô, ciclovias e mobilidade a pé em sistemas intermodais de transportes, que desestimulem a necessidade do transporte privado.** Cidades devem ser planejadas para pessoas e não para os automóveis, estimulando a vivência coletiva dos espaços públicos e não os fluxos impessoais de deslocamento.
- 8 Impedir a privatização comercial dos parques e espaços públicos e impulsionar a sua ampliação.** Praças, praias, parques, áreas e corredores verdes pertencem à população, que não deve ser obrigada a utilizar, cada vez mais, os espaços privados dos shopping centers. Defendemos que as cidades integrem e aproximem suas áreas de trabalho, moradia, serviços e lazer, na filosofia das cidades de 15 minutos, que ampliem as calçadas e espaços públicos, que disponham de espaços de lazer e bebedouros para todos e que combatam a arquitetura hostil.
- 9 Combater a poluição do ar, sonora e luminosa.** Criar metas, monitoramento público e responsabilização dos grandes poluidores e estimular a eletrificação do transporte urbano
- 10 Enfrentar as milícias e o controle criminoso dos territórios.** Garantir segurança cidadã, serviços públicos e proteção às organizações comunitárias.
- 11 Planejar as cidades de forma democrática e sustentável.** O crescimento urbano deve ser orientado por planejamento de longo prazo, participação popular e respeito às características ambientais de cada território, garantindo moradia digna, mobilidade, saneamento, áreas verdes e acesso equilibrado aos serviços públicos.

- 12 Organizar a metropolitização dos espaços urbanos e fortalecer a gestão integrada das regiões metropolitanas.** A expansão das áreas metropolitanas deve ocorrer de forma planejada, evitando a concentração de serviços e oportunidades em poucos centros e combatendo o crescimento desordenado das periferias. É necessário fortalecer cidades intermediárias, distribuir investimentos e garantir integração territorial com justiça social. É preciso criar mecanismos permanentes de cooperação entre prefeituras e governos estaduais para planejar conjuntamente transporte, habitação, saneamento, saúde, meio ambiente e uso do solo.
- 13 Proteger áreas verdes, mananciais e territórios vulneráveis.** As cidades devem preservar florestas urbanas, igarapés, nascentes, margens de rios, áreas de recarga hídrica e espaços públicos, impedindo ocupações predatórias e garantindo políticas de recuperação ambiental e prevenção de enchentes, deslizamentos e ondas de calor.
- 14 Conter a financeirização da terra e a especulação urbana.** O país precisa consolidar uma legislação nacional que limite a concentração de imóveis, combata a retenção especulativa de terrenos e as edificações danosas ao meio ambiente e impeça que a terra urbana seja tratada apenas como ativo financeiro. A propriedade deve cumprir sua função social, garantindo moradia, cidades mais justas e acesso democrático ao território.

S Í N T E S E

**As cidades devem oferecer qualidade de vida
para todos os seus habitantes.**

08

Uma economia sustentável: reindustrialização ecológica e ruptura com o modelo primário-exportador, estruturando uma economia circular voltada para se viver bem

As classes dominantes brasileiras têm uma visão de que uma "natureza barata" deve ser explorada até a exaustão. É a visão que alimenta o projeto de reprimarização da nossa economia e nos remete à dependência externa que vivíamos antes da industrialização. As commodities respondem hoje por 75% das exportações, US\$263 bilhões em 2025. Somos hoje o primeiro ou o segundo produtor de soja, milho, carne bovina, frango, açúcar, café, suco de laranja, algodão, celulose, minério de ferro e nióbio e o governo quer que estejamos também entre os primeiros produtores de petróleo. Essa reprimarização ganha, muitas vezes, facetas mais sofisticadas, como é o caso dos megaprojetos de hidrogênio verde voltado para a exportação, no Ceará, de produção de celulose, como o projeto da CMPC Celulose Riograndense (que produziria um volume de esgoto equivalente a 1,4 milhões de pessoas) ou dos datacenters estrangeiros que estão se espalhando pelo país. E estimula projetos predatórios como hidrovias industriais em rios amazônicos impróprios para isso ou asfaltamentos de estradas que cortam florestas e não deveriam ter sido construídas (como a BR 319, que liga Manaus a Porto Velho). O Brasil exporta seus recursos naturais para enriquecer pequenas minorias e cria, para a maioria da população, enormes zonas de sacrifício. Estima-se que só a Lei Kandir, que desonerou as exportações de commodities brutas, suprimiu uma arrecadação pelos estados brasileiros de R\$1,3 trilhão em ICMS sobre as exportações, dinheiro que foi transferido para os empresários e que poderia ter estimulado a produção industrial sustentável e a geração de empregos no país.

A economia capitalista é uma economia do desperdício e isso é agravado no Brasil. As empresas não têm qualquer preocupação com o destino das mercadorias que produzem nem com a diminuição dos resíduos industriais e dos resíduos sólidos urbanos (RSU). O Brasil não tem políticas reais de economia circular: o país gerou, em 2011, 61,9 milhões de toneladas de RSU, número que saltou para 81,6 Mt em 2024; são 384 quilos, mais de 1 quilo por dia por pessoa. Desse total, 41,5% foram descartados nos quase três mil lixões ou enterrados em

locais não apropriados. Governos estaduais e municipais neoliberais desconsideram a coleta seletiva e a reciclagem e querem agora implantar incineradores. Enquanto isso, a mineração irresponsável acumula dejetos, envenena a natureza e provoca grandes desastres como os de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, e o da Braskem, em Alagoas.

O ecossocialismo defende o encurtamento das cadeias produtivas e a transformação da atividade produtiva em processos circulares, fundamentais para o uso sustentável dos recursos naturais. Precisamos de outro modelo de economia, sustentável, que reduza nossa dependência e vulnerabilidade externa e esteja voltado para atender às necessidades de nosso povo e preservar nossa natureza!

NOSSOS COMPROMISSOS

- 1 Criar uma política nacional de reindustrialização ecológica.** Priorizar transporte público, equipamentos de energia renovável, medicamentos e produtos farmacêuticos, saneamento, reciclagem, habitação, máquinas agrícolas para a agricultura familiar e tecnologias sociais.
- 2 Condicionar subsídios públicos a compromissos ambientais e trabalhistas.** Empresa que recebe dinheiro público deve gerar empregos dignos, reduzir emissões, respeitar direitos e investir no Brasil.
- 3 Proibir a obsolescência programada e reduzir progressivamente a descartabilidade.** Produtos devem ser duráveis, reparáveis e atualizáveis; o consumo responsável deve ser incorporado em todas as etapas da economia.
- 4 Garantir o direito ao conserto.** Fabricantes e importadores devem disponibilizar peças, manuais e assistência técnica a preços acessíveis.
- 5 Implantar a responsabilidade integral das empresas pelos resíduos.** Quem produz ou importa deve financiar a coleta, reutilização, reciclagem e destinação adequada.
- 6 Acabar com os lixões e apoiar as cooperativas de catadores.** Cooperativas de catadores devem ocupar posição central na política de resíduos, com remuneração digna, infraestrutura e contratação pública.
- 7 Rejeitar a incineração como solução para o lixo e geração de energia.** Priorizar redução, reutilização, compostagem e reciclagem, proibir a incineração, exceto para lixo hospitalar.

- 8 Controlar rigorosamente a mineração.** Nenhuma mina sem avaliação dos impactos acumulados, consulta às comunidades, garantia financeira para reparação e responsabilização das empresas.
- 9 Revogar a Lei Kandir, que desindustrializa o país.** A legislação de reprimarização da economia aprofundou os problemas sociais, econômicos e ambientais do Brasil. As exportações também precisam pagar impostos e contribuir para financiar o desenvolvimento nacional.
- 10 Reduzir a dependência da exportação de commodities.** Agregar valor no país, desenvolver ciência pública e ampliar a integração produtiva latino-americana.
- 11 Reduzir atividades ambientalmente destrutivas e o consumo de luxo.** Atividades econômicas e formas de consumo com elevado impacto ambiental e baixo benefício social devem ser desestimuladas. Isso inclui o turismo predatório e o uso de bens de luxo altamente poluentes, como jatos privados e motos aquáticas, por meio de regulação, tributação ambiental e restrições em áreas ecologicamente sensíveis.

S Í N T E S E

Precisamos de uma economia voltada para o bem-estar de nosso povo e a preservação de nossa natureza.

09

A dimensão internacional da transição ecossocialista

O enfrentamento da crise ecológica não pode se restringir a um país. Exige a reorganização da produção de modo a reduzir o mais possível os gastos com transporte. O sistema capitalista de preços não leva em conta os custos ambientais e sociais; é só por esta razão que mundializar a produção e importar de todas as partes do mundo pode ser "economicamente eficiente". Mercadorias são transportadas a grandes distâncias por caminhões, navios e até aviões, com enormes emissões de gases de efeito estufa. O agravamento da crise ecológica amplia o número de refugiados climáticos. A maioria dos deslocados por eventos climáticos são pessoas pobres de países pobres: 1,2 bilhão de pessoas poderão ser deslocadas até 2050. Os "refugiados do clima" não têm nenhuma responsabilidade pela catástrofe ecológica, mas são perseguidos, sofrem violência e violações dos direitos humanos; seus direitos básicos estão sob constante ataque. Fascistas fazem dos migrantes bodes expiatórios e os desumanizam — o que ameaça os direitos democráticos e sociais de todas as pessoas. Os conflitos desencadeados a partir de eventos climáticos reforçam a tendência à multiplicação das guerras — que, além dos efeitos destrutivos, agravam os problemas ambientais. A responsabilidade histórica pelos problemas ambientais é amplamente desigual, como é também desigual o sofrimento decorrente: os países menos responsáveis são os que mais sofrem.

NOSSOS COMPROMISSOS

- 1 Relocalizar as atividades econômicas, anular os acordos intercontinentais de livre-comércio e estimular a integração regional.** A economia globalizada atual é insustentável. A relocalização da produção de modo a reduzir os deslocamentos de mercadorias é uma medida necessária. O transporte aéreo deve ser reduzido significativamente, e o transporte ferroviário deve ser ampliado. Nenhum tráfego aéreo para distâncias inferiores a 1.000 km onde existam sistemas ferroviários operacionais. O Brasil deve estimular a integração econômica com os países da América do Sul.

- 2 Garantir os direitos dos migrantes.** É preciso garantir o direito à migração. Nós nos opomos à construção de muros, ao confinamento em centros, à construção de campos, expulsões, deportações e retórica racista. Ninguém é ilegal na Terra: todas as pessoas devem ter o direito de se mover e sair de qualquer lugar. As fronteiras devem ser abertas a todas as pessoas que fogem de seu país, seja por motivos sociais, políticos, econômicos ou ambientais.
- 3 A exigência de paz.** A luta contra as guerras e intervenções imperialistas deve ser empreendida também pelos ganhos que a paz permite em termos ecológicos. Opomo-nos à OTAN e a outras alianças militares que levam o mundo a novos conflitos interimperialistas. Lutamos contra o aumento de orçamentos militares, pelo desmantelamento da fabricação e dos estoques de armamentos e pela eliminação das empresas militares privadas. As armas não devem ser mercadorias; seu uso deve estar sob controle político para fins de defesa e proteção contra agressão. A paz passa pelo direito à autodeterminação, pelo fim das ocupações, da colonização de terras alheias e da limpeza étnica. Somos contra todo tipo de intervenção externa.
- 4 Pela reparação ecológica.** É preciso impor aos países imperialistas uma reparação justa pelos danos ecológicos causados aos países dependentes. O imperialismo tem uma responsabilidade histórica pela crise ecológica. Os recursos obtidos devem financiar a transição ecológica nos países mais pobres.
- 5 Instituir uma política externa ecossocialista e de cooperação entre os povos.** Defender a cooperação entre os povos, o combate às desigualdades globais, o cancelamento das dívidas injustas e o financiamento climático dos países mais ricos para o Sul Global.
- 6 Abolição do uso da energia nuclear e de armas nucleares.** A energia nuclear é cara, insegura e inseparável da preparação para seu uso militar. O planeta deve ser desnuclearizado.

S Í N T E S E

Os problemas ambientais são também internacionais, exigem uma política de paz entre os povos. Todas as medidas defendidas nesta plataforma devem ser levadas ao plano internacional, sempre que for cabível.

10

Democratização da inovação e controle social sobre as tecnologias digitais

O Brasil e o mundo assistem à emergência de uma nova e ainda mais ameaçadora forma de distopia: a robotização extrema das sociedades, a autonomização dos algoritmos, inclusive em âmbito militar, e a desinformação coletiva promovida pelas Big Techs estadunidenses. Essas novas tecnologias, produtoras de ignorância e de ódio, estão obscurecendo a percepção coletiva da realidade. Em grande parte, a baixa reatividade das sociedades face aos desequilíbrios socioambientais e aos impactos desses desequilíbrios se deve à difusão pelas redes digitais de campanhas sistemáticas de desinformação promovidas por lobbies corporativos, campanhas essas abrigadas, impulsionadas e mesmo formuladas pelas Big Techs. As Big Techs, vorazes em energia e em recursos hídricos, têm influência tentacular sobre as sociedades, ao traçar o perfil e visar os usuários com publicidade com tecnologias viciantes, ameaçando cada vez mais a própria democracia. Além disso, precisamos desenvolver nossa inteligência coletiva digital e aumentar nossa autonomia tecnológica. Não haverá defesa da soberania nacional sem soberania digital.

NOSSOS COMPROMISSOS

- 1 Regularmente democraticamente as plataformas digitais.** As empresas devem responder pela promoção remunerada de conteúdos ilegais, redes de desinformação e campanhas de ódio.
- 2 Proteger rigorosamente os dados pessoais.** Nenhuma empresa poderá vender, compartilhar ou utilizar dados sem consentimento claro e fiscalização pública.
- 3 Garantir soberania sobre dados públicos e estratégicos.** Informações de saúde, educação, segurança, infraestrutura, pesquisa científica e administração pública devem permanecer sob controle do Estado brasileiro. Os dados das Universidades devem estar localizados e hospedados em infraestruturas nacionais, soberanas e de baixo impacto ambiental.

- 4 Retomar o papel original das empresas públicas de processamento de dados.** Elas devem impulsionar o desenvolvimento de produtos e serviços tecnológicos, garantindo assim uma maior autonomia do Estado. Desse modo, essas empresas públicas devem deixar de ser revendedoras de produtos e serviços das Big Techs.
- 5 Combater o racismo, a misoginia, a LGBTfobia e a violência política nas plataformas e nos modelos de linguagem criados pelos sistemas automatizados, em especial, pelas Inteligências Artificiais.** A liberdade de expressão não pode ser confundida com uso de violência e práticas criminosas, usadas para organizar perseguições e crimes.
- 6 Proibir as bets e enfrentar o endividamento provocado pelas apostas.** O Estado não pode permitir que empresas lucrem com o adoecimento e a pobreza das famílias.
- 7 Proibição do uso de tecnologias viciantes pelas empresas digitais.** Regular publicidade, coleta de dados, design manipulativo e acesso inadequado às redes, em especial da população infantil e adolescência
- 8 Proibição do uso de redes sociais impróprias por menores de 16 anos.** Aprofundamento da legislação introduzida no Brasil pelo ECA digital
- 9 Estabelecer regras para o uso de celulares e plataformas para fins educacionais nas escolas.** A tecnologia educacional deve fortalecer a aprendizagem, e não a distração, a vigilância ou a dependência. A tecnologia digital e a IA não devem servir à redução da formação nas práticas cognitivas básicas, muito menos à submissão do pensamento crítico aos sistemas automatizados.
- 10 Bloquear o saque, pelo imperialismo, dos minerais críticos demandados pela economia digital.** Nacionalizar as chamadas terras raras, minerais que são indispensáveis para as tecnologias digitais, a eletrificação e a produção de armamentos.
- 11 Regular democraticamente o desenvolvimento e uso da IA no país.** Precisamos prevenir e evitar riscos e efeitos inaceitáveis, impedindo a inovação que destrói direitos individuais e socioambientais e atuando para mitigar seu impacto sobre o trabalho. A regulação dos sistemas automatizados utilizados pelo Estado ou por empresas deve assegurar a sua transparência, auditabilidade e revisão humana das suas aplicações.

- 12 Avaliar os impactos socioambientais e a utilidade dos centros de dados.** Novos empreendimentos deverão utilizar tecnologias de redução de energia e evitar a utilização de água, sendo obrigatório um plano para assegurar a utilidade social, detectar e amenizar os impactos negativos nas comunidades e o respeito aos territórios.
- 13 Investir em ciência pública, software livre e infraestrutura digital soberana.** O conhecimento financiado pela sociedade deve retornar à sociedade.
- 14 Proteger a produção industrial e o comércio nacional.** O Estado deve fortalecer a indústria, o comércio e as cadeias produtivas nacionais, estimulando a geração de empregos, a inovação tecnológica e a agregação de valor no país. É preciso combater a desindustrialização, reduzir a dependência externa e priorizar compras públicas, crédito e políticas tributárias que favoreçam empresas comprometidas com o trabalho digno, o desenvolvimento regional e a transição ecológica.

S Í N T E S E

O Brasil precisa de soberania digital. As tecnologias digitais devem estar a serviço e sob o controle da sociedade e não do enriquecimento dos magnatas das big techs.

11

Combate às desigualdades, reconhecimento da diversidade social e democratização da riqueza e do poder político

As crises ambientais são causadas pelos ricos. Os 20 bilionários mais ricos do mundo emitem oito mil vezes mais gases de efeito estufa do que o bilhão de pessoas mais pobres do planeta. O Brasil é o país mais desigual entre os membros do G20 depois da África do Sul. Em 2021, os 10% mais ricos no Brasil ganhavam 60% da renda nacional e possuíam 80% do patrimônio privado do país; os 50% mais pobres ganhavam apenas 10% dessa renda e detinham apenas 0,4% da riqueza nacional. Não avançaremos para o ecossocialismo sem eliminar essas iniquidades, afirmando o espaço para a diversidade e democratizando a renda, a riqueza e o poder político.

NOSSOS COMPROMISSOS

- 1 Criar um imposto sobre grandes fortunas.** Milionários devem contribuir de maneira proporcional ao patrimônio que acumulam, instituindo um teto de renda máxima.
- 2 Tributar proporcionalmente lucros, dividendos e o latifúndio.** A renda do capital não pode continuar pagando menos impostos que o salário do trabalhador.
- 3 Aumentar a tributação sobre grandes heranças.** A transmissão de fortunas milionárias entre gerações perpetua a desigualdade.
- 4 Reduzir ou eliminar impostos sobre o consumo popular.** Alimentos, medicamentos, energia, transporte e produtos essenciais devem ter tributação zero.
- 5 Combater paraísos fiscais, evasão e sonegação.** Criar transparência sobre os verdadeiros proprietários de empresas, fundos e patrimônios.
- 6 Garantir uma renda básica de cidadania.** Nenhuma pessoa deve viver sem recursos para alimentação, moradia, energia, transporte e cuidados essenciais.

- 7 Reduzir a jornada de trabalho sem reduzir salários.** A tecnologia e o aumento da produtividade devem melhorar a vida, e não apenas elevar os lucros empresariais.
- 8 Acabar com a escala 6 por 1.** Trabalhar não pode significar abrir mão da convivência familiar, do descanso, do estudo, da cultura e da participação política.
- 9 Fortalecer os serviços públicos universais.** Saúde, educação, assistência social, previdência, água e saneamento, transporte, cultura, ciência e moradia não são mercadorias.
- 10 Garantir autonomia econômica e direitos reprodutivos às mulheres.** Ampliar creches públicas, políticas de cuidado, proteção contra a violência e igualdade salarial.
- 11 Promover a educação ambiental em todos os níveis e esferas da sociedade.** Precisamos de uma profunda mudança de mentalidade, com a difusão do conhecimento acumulado sobre a natureza e nosso impacto sobre ela e o combate à desinformação promovida pelas classes dominantes predadoras.
- 12 Criar uma sociedade do cuidado e do bem viver, que reconheça a diversidade e ampare crianças, idosos e portadores de necessidades especiais.** Fortalecer a solidariedade intergeracional, adaptando a sociedade brasileira para o envelhecimento de sua população.
- 13 Afirmar a sacralidade dos seres humanos e combater todas as formas de discriminação.** Uma sociedade ecologicamente sustentável também precisa ser antirracista, feminista, indígena, quilombola, popular e comprometida com os direitos da população LGBTQIA+ e das pessoas com deficiência.
- 14 Democratizar o poder político.** Combater o financiamento empresarial disfarçado, o abuso do poder econômico e a compra de votos, a atuação dos lobbies empresariais, a violência política, a sub-representação de mulheres, negros, indígenas e trabalhadores e as distorções na representação política.
- 15 Direitos da natureza e direito à natureza.** Somos parte da natureza e precisamos dela para termos vidas plenas. Precisamos estender a noção de direito às espécies que compõem conosco a teia da vida no planeta.

SÍNTESE

Precisamos de uma sociedade organizada não ao redor do desempenho, do individualismo e da busca do lucro, como é a sociedade atual, mas ao redor do cuidado, do bem viver e da proteção da natureza, uma sociedade ecossocialista.

Conclusão

A emergência climática e a crise ambiental que atravessam tanto o planeta quanto o Brasil exigem respostas que ataquem as causas dos problemas. Onde a extrema-direita mobiliza medo e rancor e o liberalismo aponta o crescimento das empresas como solução, os parlamentares da Federação PSOL-Rede constroem a esperança, defendendo a humanidade e a vida. Agimos para recuperar o mundo danificado que o capitalismo criou.

Este programa esboça uma transição ecossocial e civilizatória para além do capitalismo. A adoção dessas medidas irá melhorar as condições de vida da maioria da população e o metabolismo da sociedade com o meio ambiente, criando um terreno muito mais favorável para uma reorganização estrutural do Brasil.



flcmf.org.br



redebrasilsustentavel.org.br